



## RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 2ª VARA DO TRABALHO DE URUGUAIANA EM 1º.09.2015

No 1º dia do mês de setembro de 2015, compareceu à sede da 2ª Vara do Trabalho de Uruguaiiana a Excelentíssima Senhora **BEATRIZ RENCK**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada do Assessor Jurídico da Corregedoria, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, e da servidora Vera Regina Salimen Agrello, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0004564-64.2015.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Juíza Titular Fabiana Gallon, pelo Juiz Substituto Marcos Rafael Pereira Piscino, pela Diretora de Secretaria, Carina Ana Braga Adam e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

**Data da instalação da Vara do Trabalho:** 21.11.2005

**Data da última correição realizada:** 29.10.2014

**Data de Instalação do PJe:** 06.08.2015

**Jurisdição:** Barra do Quaraí e Uruguaiiana.

**1.1 Período Correcionado:** de 1º.01.2014 a 1º.09.2015

### 2 ESTRUTURA FUNCIONAL

#### 2.1 JUÍZES

##### 2.1.1 Juíza Atual

Juíza	Situação	Período
Fabiana Gallon	Juíza Titular	Desde 22.11.2013
Marcos Rafael Pereira Piscino	Juiz Substituto (em regime compartilhado)	Desde 02.09.2013

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 13.08.2015)

##### 2.1.2 Regime de Lotação

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a 2ª Vara do Trabalho de Uruguaiiana, pertence à 53ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição é dotada de 01 vaga de Juiz Substituto em regime de lotação compartilhada.



### 2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	Fabiana Gallon	<b>Juíza Titular desde 22.11.2013</b>		
2	Marcos Rafael Pereira Piscino	<b>Juiz Substituto lotado desde 02.09.2013</b>		

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 13.08.2015)

### 2.1.4 Afastamentos da Juíza Titular e do Juiz Substituto Lotado durante o Período Correcionado

	Juiz (a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Titular	<b>Fabiana Gallon</b>	Férias	07.01 a 05.02.2014 14.07 a 12.08.2014 07.01 a 05.02.2015 06.07 a 13.07.2015 21.07 a 11.08.2015	<b>120 dias</b>
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	<b>07.04 a 13.04.2015</b>	<b>7 dias</b>
Substituto lotado	<b>Marcos Rafael Pereira Piscino</b>	Férias	10.04 a 09.05.2014 16.10 a 06.11.2014 08.11 a 12.11.2014 18.05 a 14.06.2015	<b>85 dias</b>

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 13.08.2015)

## 2.2 SERVIDORES

### 2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Carina Ana Braga Adam	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Diretora de Secretaria (CJ3)</b>	29.08.2007
2	Sérgio Silva da Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente de Juiz Titular (FC05)</b>	18.02.2014
3	Carlson Anderson Castro Guimarães	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)</b>	07.07.2010



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

4	Eduardo Cardoso Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Secretário de Audiência (FC03)</b>	10.12.2012
5	Rodrigo Lopes Ramos	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	03.11.2008
6	Luciano Kruel Barbosa	Analista Judiciário - Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	16.08.2010
7	Wagner Pereira Pires	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	24.10.2014
8	Joseane Both	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>25.06.2012</b>
9	Richard Hepp	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>20.04.2015</b>
10	Rúbia Leone Guilherme	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>22.04.2015</b>
11	Fabício Martinatto da Costa	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>09.06.2015</b>
12	Rafael Filla Nunes	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>11.06.2015</b>
13	Benno Werle Junior	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	<b>19.08.2015</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 07.08.2015, atualizada em 20.08.2015))

## 2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2012, 2013 e 2014)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.482 processos	1.001 a 1.500	<b>13 servidores</b>	11 a 12 servidores

De acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, com as alterações previstas nas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores da 2ª Vara do Trabalho de Uruguaiiana **excede** o parâmetro previsto na referida norma.

## 2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correccionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
<b>Benno Werle Junior</b> (desde 19.08.2015)	Prazo para deslocamento	10	<b>10</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Carina Ana Braga Adam</b>	Curso ou Evento	8	<b>9</b>
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	
<b>Carlson Anderson Castro Guimarães</b>	Curso ou Evento	1	<b>9</b>
	Falecimento de Pessoa da Família	8	
<b>Eduardo Cardoso Silva</b>	-	-	-
<b>Fabício Martinatto da Costa*</b> (desde 09.06.2015)	-	-	-
<b>Joseane Both</b>	Licença-Gestante	120	<b>183</b>
	Prorrogação Licença-Gestante	60	
	Doença em pessoa da família	3	
<b>Luciano Krueel Barbosa</b>	Curso ou Evento	3	<b>3</b>
<b>Rafael Filla Nunes*</b> (desde 11.06.2015)	Júri e outros serviços obrigatórios por lei	1	<b>2</b>
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	
<b>Richard Hepp*</b> (desde 20.04.2015)	-	-	-
<b>Rodrigo Lopes Ramos</b>	-	-	-
<b>Rubia Leone Guilherme*</b> (desde 22.04.2015)	-	-	-
<b>Sérgio Silva da Silva*</b> (desde 18.02.2014)	-	-	-
<b>Wagner Pereira Pires*</b> (desde 24.10.2014)	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 10.08.2015, atualizada em 20.08.2015)

\* Servidor(a) lotado(a) na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

#### 2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Rodrigo Lermen	27.05.2013	<b>16.01.2014</b>	7 meses e 20 dias	Lotação na 3ª Vara do Trabalho de Gravataí – <b>Secretário de Audiência (FC03)</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

2	Daniela da Rosa Longoni	07.01.2014	<b>31.03.2014</b>	2 meses e 25 dias	Lotação na 1ª Vara do Trabalho de Canoas – <b>Secretária de Audiência (FC03)</b>
3	Eduardo Antônio Campos Ranzan	23.10.2013	<b>25.06.2014</b>	8 meses e 3 dias	Lotação na 1ª Vara do Trabalho de Porto Alegre
4	Débora Mônica Flores	26.06.2014	<b>27.07.2014</b>	1 mês e 2 dias	Lotação na Vara do Trabalho de Osório – <b>Assistente de Juiz (FC05)</b>
5	Janainna Enedina Teruel	27.03.2014	<b>03.08.2014</b>	4 meses e 7 dias	Remoção por Permuta para o TRT 2ª região
6	Lauro Sidinei Cardoso Silveira	21.11.2005	<b>11.09.2014</b>	8 anos, 9 meses e 21 dias	Lotação na 3ª Vara do Trabalho de Sapiranga – <b>Secretário de Audiência (FC03)</b>
7	Priscila Figueiredo Reis Arruda	28.01.2010	<b>08.10.2014</b>	4 anos, 8 meses e 11 dias	Lotação na 1ª Vara do Trabalho de Lajeado – <b>Assistente de Juiz (FC05)</b>
8	Cássia Soares Message	22.10.2013	<b>14.10.2014</b>	11 meses e 23 dias	Lotação na Vara do Trabalho de Guaíba – <b>Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)</b>
9	Ana Paula Greff Athayde	30.09.2013	<b>06.01.2015</b>	1 ano, 3 meses e 7 dias	Lotação na Vara do Trabalho de Nova Prata – <b>Assistente (FC02)</b>
10	Augusto Cezar Olesiak Cordenonsi	20.10.2014	<b>28.01.2015</b>	3 meses e 9 dias	Posse em outro cargo inacumulável
11	Patrícia Nogueira Figueiredo	04.08.2014	<b>10.03.2015</b>	7 meses e 7 dias	Lotação na 2ª Vara do Trabalho de Esteio
12	Fernando Maidana Miguel	03.11.2014	<b>06.04.2015</b>	5 meses e 4 dias	Lotação no Gab. Des. Marçal Figueiredo – <b>Assistente de Gabinete (FC05)</b>
13	Cleverson Leandro dos Santos	08.10.2014	<b>03.05.2015</b>	6 meses e 26 dias	Lotação na Secretaria da Corregedoria –



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

					<b>Assistente de Juiz (FC05)</b>
14	Clarissa Dias da Silveira	19.12.2014	<b>15.06.2015</b>	5 meses e 27 dias	Lotação na 8ª Vara do Trabalho de Porto Alegre – <b>Secretária de Audiência (FC03)</b>
15	Clarissa Frizzo Strazzabosco	05.03.2015	<b>16.06.2015</b>	3 meses e 12 dias	Lotação na 22ª Vara do Trabalho de Porto Alegre – <b>Secretária de Audiência (FC03)</b>
16	Caroline Fontana Ferronato	17.04.2015	<b>07.07.2015</b>	2 meses e 21 dias	Lotação na 2ª Vara do Trabalho de Gravataí – <b>Assistente de Juiz (FC05)</b>
17	Marjane Ribeiro e Ribeiro	01.07.2015	<b>19.08.2015</b>	1 mês e 19 dias	Lotação na 2ª Vara do Trabalho de Porto Alegre

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 10.08.2015, atualizada em 20.08.2015)

## 2.2.5 Estagiários

	Estagiário (a)	Curso em Andamento	Período
1	<b>Vitor Figueiró Menna Barreto</b>	Superior em Direito	01.10.2013 a 30.09.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 10.09.2015)

## 2.3 CAPACITAÇÃO

### 2.3.1 Capacitação da Juíza Titular e do Juiz Substituto Lotado durante o Período Correccionado

Juiz (a)		Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Titular	<b>Fabiana Gallon</b>	-	-	33	<b>33</b>
Substituto	<b>Marcos Rafael Pereira Piscino</b>	-	-	-	<b>137,5</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 10.08.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

### 2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correccionado

Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
<b>Benno Werle Junior</b>	-	5	149	<b>154</b>



<b>Carina Ana Braga Adam*</b>	-	67,8	37,5	<b>105,3</b>
<b>Carlson Anderson Castro Guimaraes</b>	-	20	75	<b>95</b>
<b>Eduardo Cardoso Silva</b>	-	20	66	<b>86</b>
<b>Fabício Martinatto da Costa</b>	-	20	-	<b>20</b>
<b>Joseane Both</b>	-	20	105,5	<b>125,5</b>
<b>Luciano Kruel Barbosa</b>	-	20	112	<b>132</b>
<b>Rafael Filla Nunes</b>	-	20	15	<b>35</b>
<b>Richard Hepp</b>	-	20	5,5	<b>25,5</b>
<b>Rodrigo Lopes Ramos</b>	-	20	-	<b>20</b>
<b>Rúbia Leone Guilherme</b>	-	20	5,5	<b>25,5</b>
<b>Sérgio Silva da Silva</b>	-	8	-	<b>8</b>
<b>Wagner Pereira Pires</b>	-	20	372	<b>392</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 10.08.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

\* Gestora da Unidade Judiciária.

### **3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL**

#### **3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO**

Situação	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
<b>Pendentes de finalização na fase de conhecimento*</b>	2.858	2.037	-28,73%	1.499	-26,41%
<b>Pendentes de finalização na fase de liquidação**</b>	241	326	35,27%	284	-12,88%
<b>Pendentes de finalização na fase de execução***</b>	3.022	2.781	-7,97%	2.558	-8,02%
<b>Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução</b>	80	42	-47,50%	44	4,76%
<b>Total</b>	<b>6.201</b>	<b>5.186</b>	<b>-16,37%</b>	<b>4.385</b>	<b>-15,45%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.07.2015)

\* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

\*\* Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

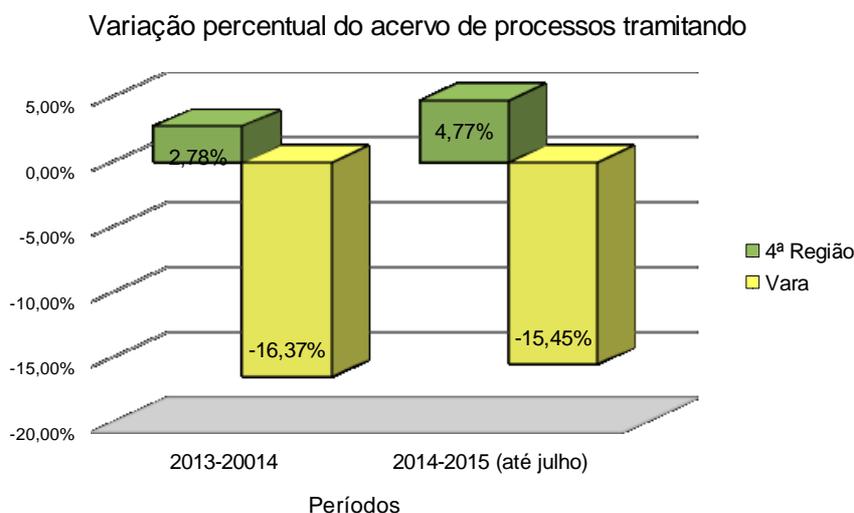
\*\*\* Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2014, houve redução de 16,37% de processos tramitando na Unidade Judiciária. Em números de processos, o conhecimento foi a fase



que mais contribuiu para a queda desse estoque (redução de 821 processos); por sua vez, o acervo da liquidação foi o único que registrou aumento (85 processos, o que importa em um acréscimo de 35,27%) no período sob análise.

A variação do acervo de processos na 2ª Vara do Trabalho de Uruguaiana em 2014 foi de encontro ao resultado apresentado pela 4ª Região no período, quando registrada uma elevação de 2,78% dos processos em tramitação. Ademais, no período de janeiro a julho de 2015 o estoque de processos tramitando recuou 15,45%, índice que contraria a tendência regional no período, como aponta o gráfico abaixo.



## 3.2 FASE DE CONHECIMENTO

### 3.2.1 Processos Pendentes de Solução

	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 31.07)	Varição 2014-2015
<b>Casos novos</b>	1.581	1.254	-20,68%	653	-47,93%
<b>Sentenças anuladas/reformadas</b>	4	2	-50,00%	1	-50,00%
<b>Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*</b>	1.873	1.332	-28,88%	760	-42,94%
<b>Processos pendentes de solução</b>	<b>485</b>	<b>400</b>	<b>-17,53%</b>	<b>280</b>	<b>-30,00%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.07.2015)

\* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

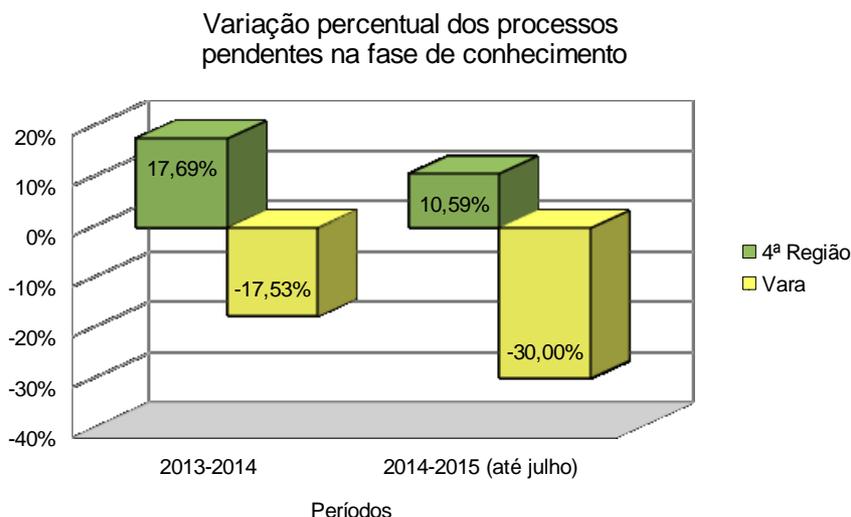
No ano de 2014, registrou-se uma queda de 17,53% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 485 para 400 processos) – índice que destoou daquele verificado em toda a 4ª Região em 2014, onde o número de processos pendentes na fase de



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

conhecimento avançou 17,69%. O principal fator que contribuiu para esse decréscimo no estoque foi a queda de 20,68% na média mensal de casos novos (a qual passou de 132,08 processos, em 2013, para 104,67 processos, em 2014), de forma que o número de processos solucionados superou em 6,22% o número de casos novos em 2014.

Outrossim, os dados dos sete primeiros meses de 2015 apontam queda de 30% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento. Esse resultado é muito relevante, principalmente quando comparado à média de toda a 4ª Região no mesmo período de 2015, conforme demonstrado no gráfico abaixo.



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que, em 31.12.2014, a maior parte destes (66,50%) se encontravam aguardando a realização da audiência inicial. Além disso, convém destacar que, tanto em 31.12.2014 quanto em 31.07.2015, não havia processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade. Especificações no quadro abaixo.

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 31.07)	Varição 2014-2015
<b>Aguardando 1ª sessão de audiência</b>	183	266	45,36%	168	-36,84%
<b>Aguardando encerramento da instrução</b>	281	134	-52,31%	112	-16,42%
<b>Aguardando prolação de sentença – no prazo</b>	19	0	-100,00%	0	-
<b>Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido</b>	2	0	-100,00%	0	-
<b>TOTAL</b>	<b>485</b>	<b>400</b>	<b>-17,53%</b>	<b>280</b>	<b>-30,00%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.07.2015)



### 3.2.2 Taxa de Congestionamento\*

Taxa de congestionamento – fase de conhecimento					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
<b>Uruguaiana – 2ª Vara</b>	21,00%	23,49%	11,85%	27,89%	18,74%
<b>Média no TRT4 - 1ª Instância</b>	40,94%	44,33%	8,28%	57,80%	30,37%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.07.2015)

\* Taxa de congestionamento = 1 - [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados, em determinado período, em relação ao total pendentes de julgamento. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendente do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

A taxa de congestionamento da fase de conhecimento na Unidade Judiciária foi de 23,49% no ano de 2014, constatando-se uma elevação de 11,85% em relação ao índice do ano anterior. No entanto, o índice da Unidade foi inferior ao congestionamento médio do TRT4 em 20,84 pontos percentuais.

### 3.2.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2013		2014		2015 (até 31.07)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	<b>Conciliação</b>	483	25,79	503	37,76	244	32,11
	<b>Julgado procedente</b>	101	5,39	48	3,6	24	3,16
	<b>Julgado procedente em parte</b>	546	29,15	313	23,5	216	28,42
	<b>Julgado improcedente</b>	598	31,93	333	25	218	28,68
	<b>Extinto</b>	3	0,16	16	1,2	1	0,13
	<b>Outras decisões</b>	0	0	1	0,08	0	0
Sem exame de mérito	<b>Extinto</b>	45	2,4	38	2,85	25	3,29
	<b>Arquivamento (art. 844 CLT)</b>	43	2,3	36	2,7	16	2,11
	<b>Desistência</b>	45	2,4	32	2,4	11	1,45
	<b>Outras decisões</b>	9	0,48	12	0,9	5	0,66
<b>TOTAL</b>		<b>1.873</b>	<b>100</b>	<b>1.332</b>	<b>100</b>	<b>760</b>	<b>100</b>

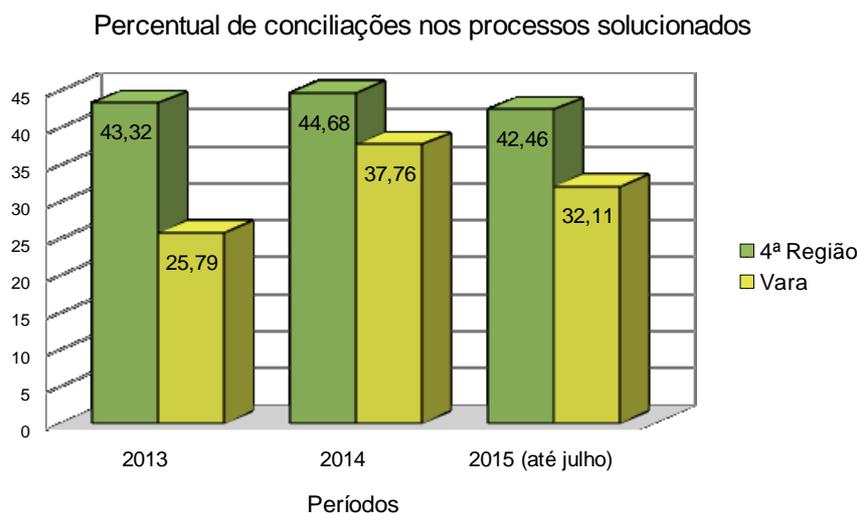
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.07.2015)

Verificou-se diminuição de 541 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2014, na comparação com o ano anterior, o que representa um decréscimo de 28,88%. Essa redução foi maior que a média de toda a 4ª Região que, em 2014, apresentou uma redução de 2,67%.



Dentre os tipos de solução, verificou-se queda no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2013 foram proferidas 1.248 decisões com resolução de mérito na Unidade. Em 2014, esse número alcançou 711 decisões, representando uma redução de 43,03%. Dessa forma, o desempenho da Unidade nesse quesito foi inferior ao do TRT4, que registrou uma redução de 2,91% no número de decisões com resolução de mérito.

Todavia, a análise do quadro acima demonstra aumento do percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2013, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 483, representando 25,79% dos processos solucionados. Já em 2014, o número total de conciliações subiu para 503, correspondendo a 37,76% das soluções na fase de conhecimento. Apesar desse acréscimo, índice da Unidade foi inferior ao verificado em toda a 4ª Região, que foi de 44,68%. Por fim, constata-se que entre janeiro e julho do corrente ano, o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento caiu para 32,11%, resultado abaixo da média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue.



### 3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

#### 3.3.1 Processos pendentes de liquidação

	Liquidações				
	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 31.07)	Varição 2014-2015
<b>Iniciadas</b>	309	573	85,44%	293	-48,87%
<b>Encerradas</b>	356	471	32,30%	439	-6,79%
<b>Pendentes</b>	<b>231</b>	<b>320</b>	<b>38,53%</b>	<b>279</b>	<b>-12,81%</b>
<b>Arquivo Provisório</b>	4	2	-50,00%	2	0,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.07.2015)



O número de processos pendentes na fase de liquidação avançou de 231, em 2013, para 320, em 2014, importando em uma elevação de 38,53%. Esse percentual foi superior ao índice verificado em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 26.044 em dezembro de 2013 para 28.322 em dezembro de 2014 (aumento de 8,75%).

Um dos principais motivos dessa elevação foi o aumento de 85,44% no número de liquidações iniciadas na Unidade na comparação entre esses dois períodos. Por outro lado, o número de liquidações encerradas também aumentou 32,30% na comparação de 2014 com o ano anterior. Nos sete primeiros meses de 2015, no entanto, houve recuo de 41 processos pendentes na fase de liquidação em relação a 31.12.2014 - o que corresponde a uma queda de 12,81%, índice bastante representativo quando comparado à média de todo o TRT4 no período, que registrou queda de 0,63%.

### 3.3.2 Taxa de Congestionamento\*

Taxa de congestionamento – fase de liquidação (sem arquivo provisório) *					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
<b>Uruguiana – 2ª Vara</b>	39,97%	41,42%	3,63%	28,38%	-31,47%
<b>Média no TRT4 - 1ª Instância</b>	42,12%	44,16%	4,83%	55,70%	26,14%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.07.2015)

\* Taxa de congestionamento = 1 - [número liquidações encerradas / (resíduo anterior + liquidações iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 41,42% no ano de 2014, constatando-se uma elevação de 3,63% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, no entanto, o índice da Unidade foi inferior em 2,74 pontos percentuais.

## 3.4 FASE DE EXECUÇÃO

### 3.4.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
<b>Entrada</b>	<b>Iniciadas</b>	526	879	67,11%	537	-38,91%
	<b>Desarquivadas para prosseguimento</b>	8	448	5500,00%	14	-96,88%
<b>Saídas</b>	<b>Encerradas</b>	525	900	71,43%	756	-16,00%
	<b>Arquivadas Provisoriamente</b>	42	336	700,00%	88	-73,81%
<b>Pendentes</b>	<b>Exclusivamente crédito previdenciário</b>	80	10	-87,50%	4	-60,00%
	<b>Demais</b>	1.867	1.666	-10,77%	1.359	-18,43%
	<b>Total</b>	<b>1.947</b>	<b>1.676</b>	<b>-13,92%</b>	<b>1.363</b>	<b>-18,68%</b>
<b>Saldo no arquivo Provisório</b>		995	877	-11,86%	946	7,87%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.07.2015)



Em 2014, o estoque de execuções pendentes na 2ª Vara do Trabalho de Uruguiana caiu de 1.947 para 1.666 processos, o que corresponde a um recuo de 13,92% em relação ao ano anterior. Esse índice superou o resultado apresentada na 4ª Região no período em questão, o qual registrou uma queda de 2,50% em seu acervo médio. O principal fator a contribuir para essa redução foi o aumento de 71,43% no número de execuções encerradas na Unidade em relação ao ano anterior, superando dessa forma o número de liquidações iniciadas no próprio período em 2,39%.

Por sua vez, os dados colhidos no período de janeiro a julho de 2015 apontam nova queda de 18,68% no estoque de processos pendentes na fase de execução, resultado muito satisfatório quando comparado à média regional no mesmo período, que avançou 1,64%.

### 3.4.2 Taxa de Congestionamento\*

Taxa de congestionamento – fase de execução (sem arquivo provisório) *					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
<b>Uruguiana – 2ª Vara</b>	78,96%	68,15%	-13,68%	65,84%	-3,40%
<b>Média no TRT4 - 1ª Instância</b>	69,60%	70,81%	1,74%	82,62%	16,68%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.07.2015)

\* Taxa de congestionamento = 1 - [número execuções encerradas/(resíduo anterior+execuções iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 68,15% no ano de 2014, constatando-se uma redução de 13,68% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade foi inferior em 2,66 pontos percentuais.

Taxa de congestionamento – fase de execução* (com arquivo provisório)					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
<b>Uruguiana – 2ª Vara</b>	84,87%	76,45%	-9,93%	75,53%	-1,19%
<b>Média no TRT4 - 1ª Instância</b>	84,51%	84,91%	0,47%	89,87%	5,84%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.07.2015)

A inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo implica aumento na taxa de congestionamento da 2ª Vara do Trabalho de Uruguiana na fase de execução, a qual passa a corresponder a 76,45% - índice 9,93% inferior à taxa registrada no ano anterior. Na comparação com o índice da 4ª Região em 2014, a seu turno, a taxa de congestionamento da Unidade passa a ser 8,46 pontos percentuais menor, o que denota uma efetividade na execução superior à média regional.



### 3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
<b>Processos com inclusão de devedor no BNDT</b>	199	165	-17,09%	124	-24,85%
<b>Processos com exclusão de devedor no BNDT</b>	79	120	51,90%	70	-41,67%
<b>Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT</b>	1.441	1.461	1,39%	1.501	2,74%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.07.2015)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 2ª Vara do Trabalho de Uruguaiana, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 31.07.2015. Dessa consulta, resultou uma lista de **07 processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT. A título de amostragem, relaciona-se a situação processual nos processos abaixo:

<b>1</b>	<b>0128900-72.2009.5.04.0802</b>
<b>Situação processual:</b> Em 23.09.2013, foi certificado o pagamento integral do débito e foi determinada a expedição de alvarás. Em 14.10.2014, foi proferida sentença que extinguiu a execução, mesma data em que foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução”. Em 02.12.2014, os autos foram arquivados definitivamente, sem registro de débitos. <b>Histórico BNDT:</b> Em 12.09.2011, a reclamada <i>D.M.C. Piscinas e Acessórios Ltda.</i> teve seus dados inseridos no BNDT com a informação “sem garantia total do juízo”. Em 19.06.2015, a situação da empresa junto ao BNDT foi alterada para “com garantia total do juízo”.	
<b>2</b>	<b>0001387-53.2011.5.04.0802, 0001667-53.2013.5.04.0802, 0006700-34.2007.5.04.0802</b>
Reclamações com situação processual similar à de nº 0128900-72.2009.5.04.0802.	
<b>3</b>	<b>0013100-35.2005.5.04.0802</b>
<b>Situação processual:</b> Em 29.01.2015, foi certificado o pagamento integral do débito e foi proferida sentença que extinguiu a execução e determinou a expedição de alvarás e o registro	



de quitação da dívida junto ao BNDT. Na mesma data, foi inserido no sistema informatizado o andamento "extinta a execução". **Histórico BNDT:** Em 12.09.2011, as reclamadas *Carlos Alberto Fração, Gaspar Alberto Fração, Maximiliano Fração (Sucessão de) e MTI MAX S/A TRANSPORTES INTERNACIONAIS* tiveram seus dados inseridos no BNDT com a informação "sem garantia total do juízo". Em 15.10.2014, foi registrada a quitação do débito somente em relação a empresa MTI MAX S/A.

**4** **0027200-92.2005.5.04.0802, 0046300-33.2005.5.04.0802**

Reclamatórias com situação processual similar à de nº 0013100-35.2005.5.04.0802

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.07.2015)

### 3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

Incidentes processuais									
Incidente	2013			2014			2015 (até 31.07)		
	Rece- bidos	Julga- dos	Pen- dentes	Rece- bidos	Julga- dos	Pen- dentes	Rece- bidos	Julga- dos	Pen- dentes
<b>Embargos de declaração</b>	258	220	43	115	142	16	91	94	13
<b>Antecipações de tutela</b>	35	3	11	10	16	5	3	4	4
<b>Impugnações à sentença de liquidação</b>	23	24	20	56	61	26	48	71	18
<b>Embargos à execução</b>	172	155	85	170	179	67	80	106	41
<b>Embargos à arrematação</b>	0	0	1	1	2	0	2	1	1
<b>Embargos à adjudicação</b>	0	4	0	0	0	0	0	0	0
<b>Exceções de pré-executividade</b>	5	1	6	8	11	3	2	4	1

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.07.2015)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 360 incidentes processuais em 2014 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma redução de 26,98% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados aumentou 0,98% na comparação entre os anos de 2013 e 2014 (de 407 para 411). Em face disso, o número total de incidentes pendentes de decisão em 31.12.2014 alcançou 117. Destaca-se ainda que, em 31.07.2015, o saldo de incidentes pendentes de decisão era de 78 processos, índice 33,33% inferior ao resultado do final do ano anterior.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos, a título de amostragem, no quadro abaixo:

**1** **0015700-87.2009.5.04.0802**

**Situação processual:** Em 09.02.2012, a reclamada apresentou embargos à execução. Em 22.03.2015, foi proferida decisão que deixou de receber o incidente por preclusa a matéria discutida. No entanto, não foram lançados os andamentos de conclusão e de registro da decisão proferida, motivo pelo qual o incidente permanece pendente de decisão junto ao sistema e-Gestão.



<b>2</b>	<b>0065500-55.2007.5.04.0802</b>
Embargos à execução da reclamada de 15.05.2015, não recebidos por decisão proferida em 26.05.2015. Situação processual similar à reclamatória nº 0015700-87.2009.5.04.0802.	
<b>3</b>	<b>0000664-68.2010.5.04.0802</b>
Embargos à execução da reclamada de 21.01.2014, não recebidos por decisão proferida em 10.02.2014. Situação processual similar à reclamatória nº 0015700-87.2009.5.04.0802.	
<b>4</b>	<b>0001769-12.2012.5.04.0802</b>
<b>Situação processual:</b> Em 12.05.2014, a reclamada apresentou embargos à execução. Em 23.07.2014, o reclamante apresentou manifestação acerca dos embargos da reclamada. Em 05.08.2014, foi proferida decisão analisando as razões dos embargos à execução da reclamada e determinando o retorno dos autos ao perito para retificação da conta. No entanto, não foram lançados os andamentos de conclusão e de registro da decisão proferida, motivo pelo qual o incidente permanece pendente de decisão junto ao sistema e-Gestão.	
<b>5</b>	<b>0067100-77.2008.5.04.0802</b>
<b>Situação processual:</b> Em 10.05.2013, a reclamada apresentou embargos à execução. Em 11.06.2013, foi proferido despacho acolhendo o pedido da reclamada para retificação do cálculo dos honorários de assistência judiciária. Não há registro de conclusão e de decisão dos embargos à execução.	

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.07.2015)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

## **4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO**

### **4.1 FASE DE CONHECIMENTO**

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	<b>Sumaríssimo</b>	80,44	84,13	4,58%	62,24	-26,02%
	<b>Ordinário</b>	155,74	162,11	4,09%	115,73	-28,61%
	<b>Total</b>	<b>152,3</b>	<b>156,17</b>	<b>2,54%</b>	<b>111,57</b>	<b>-28,56%</b>

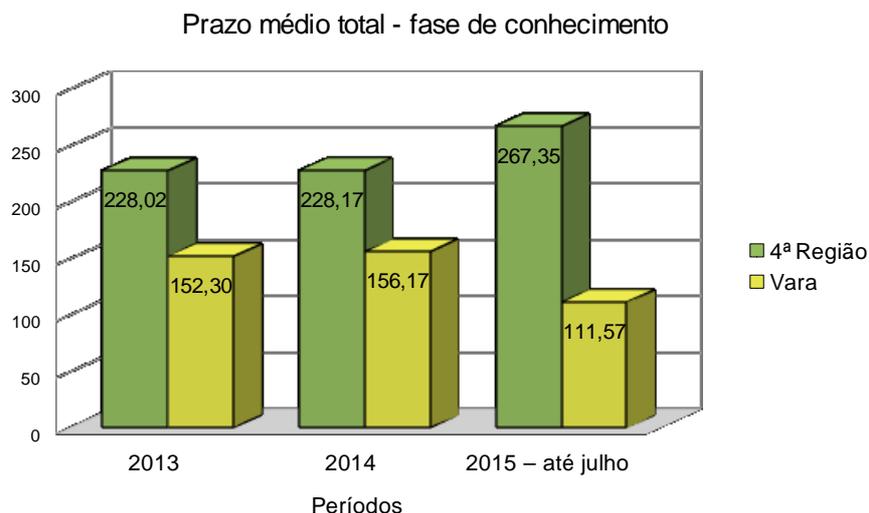
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.07.2015)

No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação de sentença no rito sumaríssimo alcançou 84,13 dias, correspondendo a um avanço de 4,58% em relação à média do ano anterior. Todavia, nos sete primeiros meses de 2015, o prazo nesse rito foi 26,02% mais célere na comparação com o ano de 2014.

Por sua vez, o lapso de tramitação dos processos do rito ordinário em 2014 na fase de conhecimento foi de 162,11 dias, média 4,09% superior na comparação com 2013. Em 2015, porém, o prazo médio recuou 28,61% na comparação com 2014.



Por fim, conforme apontado no gráfico abaixo, o lapso de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2014 foi 31,56% (72 dias) mais célere que a média de todas as Unidades de 1ª instância do TRT4, diferença ampliada pela Unidade em 2015, quando o prazo médio da Unidade foi 58,27% (155,78 dias) menor que a média regional. Especificações no gráfico abaixo:



## 4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	177,00	163,80	-7,46%	117,67	-28,16%
	Ordinário	222,20	242,68	9,21%	177,37	-26,91%
	Total	<b>221,28</b>	<b>240,55</b>	<b>8,71%</b>	<b>176,88</b>	<b>-26,47%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.07.2015)

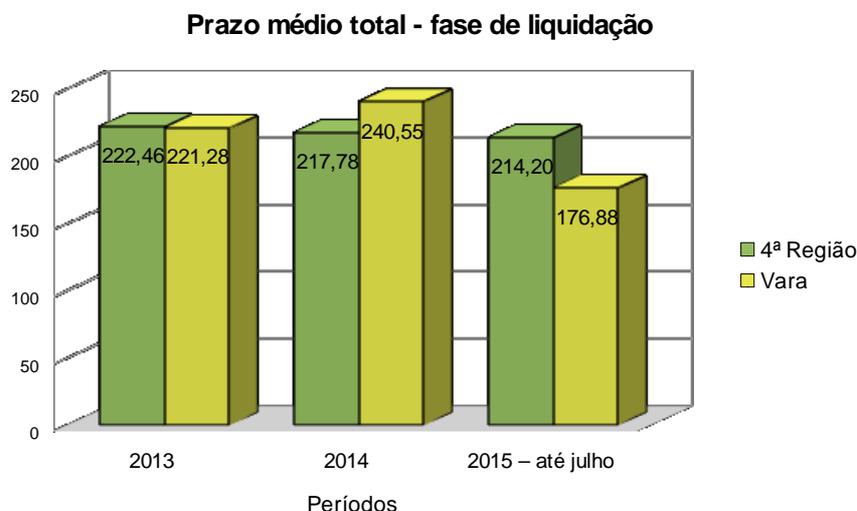
No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 163,80 dias, o que equivale a uma redução de 7,46% em relação à média do ano anterior. Ademais, de janeiro a julho de 2015 o prazo médio no rito sumaríssimo foi de 117,67 dias, período 28,16% menor que em 2014.

Por sua vez, no rito ordinário, o prazo médio na fase de liquidação alcançou 242,68 dias em 2014, média 9,21% maior que a de 2013. Porém, nos sete primeiros meses de 2015, o lapso de tramitação do rito ordinário recuou para 177,37 dias, que equivale a uma redução de 29,91%.

Face a esses números, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária foi 10,45% (22,77 dias) mais moroso do que o desempenho de toda a 4ª Região em 2014, ao contrário do que se verifica em 2015, quando o prazo médio da Unidade foi 17,42% (37,32 dias) menor que a média regional. Especificações no gráfico



abaixo:



### 4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	793,24	823,72	3,84%	802,16	-2,62%
	Ente público	880,22	803,72	-8,69%	684,53	-14,83%
	<b>Total</b>	<b>847,13</b>	<b>811,39</b>	<b>-4,22%</b>	<b>704,13</b>	<b>-13,22%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.07.2015)

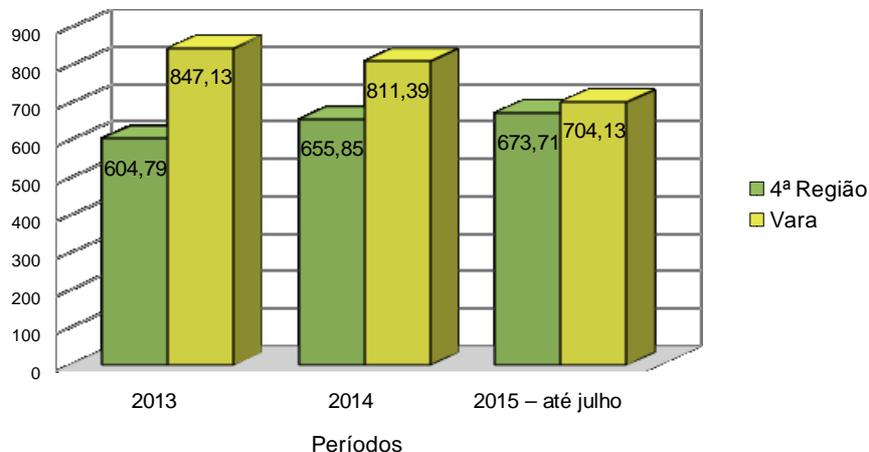
O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, avançou de 793,24 dias, em 2013, para 823,72 dias, em 2014. Em 2015 (janeiro a julho), no entanto, a média diminuiu para 802,16 dias, prazo 2,62% menor que o do período anterior.

Por sua vez, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução caiu de 880,22 dias, em 2013, para 803,72, em 2014. Outrossim, nos primeiros sete meses de 2015, o lapso de tramitação recuou para 684,53 dias, que equivale a uma redução de 14,83% na comparação com 2014.

Na comparação com os dados de toda a 4ª Região em 2014, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na 2ª Vara do Trabalho de Uruguaiana foi 23,72% (155,54 dias) mais moroso que a média da 4ª Região, diferença reduzida nesses sete primeiros meses de 2015, quando o prazo médio da Unidade foi 4,52% (30,42 dias) maior que a média regional.



**Prazo médio total - fase de execução**



## **5 METAS**

### **5.1 Metas do CNJ – Anos anteriores a 2014**

**5.1.1 Meta 2 - 2009:** *“Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005”.*

<b>META 2/2009 CNJ</b>	
Processos distribuídos até 31.12.2005 pendentes de solução	Resultado
0	<b>Meta cumprida</b>

**5.1.2 Meta 2 – 2010:** *“Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31.12.2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31.12.2007”.*

<b>META 2/2010 CNJ</b>	
Processos distribuídos até 31.12.2007 pendentes de solução	Resultado
0	<b>Meta cumprida</b>

**5.1.3 Meta 2 – 2012:** *“Julgar, até 31.12.2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008”.*

<b>META 2/2012 CNJ</b>			
Distribuídos em 2008	Nº de processos ajuizados em 2008 e já solucionados	%	Resultado
1.099	1.098	<b>99,91%</b>	<b>Meta cumprida</b>



**5.1.4 Meta 2 – 2013:** “Julgar, até 31.12.2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2009”.

META 2/2013 CNJ			
Distribuídos em 2009	Nº de processos ajuizados em 2009 e já solucionados	%	Resultado
1.475	1.474	99,93%	Meta cumprida

**5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2014**

**5.2.1 Meta 1:** “Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014”.

META 1/2014 CNJ			
Distribuídos em 2014	Solucionados em 2014	%	Resultado
1.254	1.332	106,22%	Meta já cumprida

**5.2.2 Meta 2:** “Julgar, até 31.12.2014 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012”.

META 2/2014 CNJ			
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2011			
Processos não julgados em 31/12/2011	Processos distribuídos até 31/12/2011 e julgados entre jan/2012 e dez/2014	%	Resultado
98	95	96,94%	Meta cumprida
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2012			
Processos não julgados em 31/12/2012	Processos distribuídos até 31/12/2012 e julgados entre jan/2013 e dez/2014	%	Resultado
786	761	96,82%	Meta cumprida

**5.2.3 Meta 5:** “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.

**Observação:** O Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2014, expediu a Versão 5 do Glossário das Metas CNJ 2014, na qual foi adequada a fórmula de cálculo dessa meta e foram definidos conceitos de “redução positiva” e “redução negativa”. A **redução positiva** (*percentual precedido do sinal positivo*) indica que efetivamente a taxa de congestionamento foi reduzida em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013. A **redução negativa** (*percentual precedido do sinal negativo*) indica o aumento da taxa de congestionamento em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Questionário para cálculo da Meta			
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor
P5.1	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	2.807
P5.2	Número total de processos em fase de execução fiscal não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	31
P5.3	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	717
P5.4	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	6
P5.5	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2012	Única	361
P5.6	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2012	Única	3
P5.7	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	521
P5.8	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	4
P5.9	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2013	Única	252
P5.10	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2013	Única	1
P5.11	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	871
P5.12	Número total de processos em fase de execução fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	2
P5.13	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	1.182
P5.14	Número total de processos em fase de execução fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	4
P5.15	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	10
P5.16	Número total de processos em fase execução fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	2
P5.17	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	13
P5.18	Número total de processos em fase de execução fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	5

\* **Percentual de redução - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal** =  $100 - (((1 - (\Sigma P5.13 / (\Sigma P5.11 + (P5.1 + P5.3 - P5.5 + P5.7 - P5.9 + \Sigma P5.15 - \Sigma P5.17)))) * 100) / (((1 - (P5.9 / (P5.7 + P5.1 + P5.3 - P5.5))) + (1 - (P5.5 / (P5.3 + P5.1)))) / 2))$   
**Percentual de redução - Execução Fiscal** =  $100 - (((1 - (\Sigma P5.14 / (\Sigma P5.12 + (P5.2 + P5.4 - P5.6 + P5.8 - P5.10 + \Sigma P5.16 - \Sigma P5.18)))) * 100) / (((1 - (P5.10 / (P5.8 + P5.2 + P5.4 - P5.6))) + (1 - (P5.6 / (P5.4 + P5.2)))) / 2))$



META 5/2014 CNJ - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal	
Percentual	Resultado
20,72%	Meta cumprida
META 5/2014 CNJ - Execução Fiscal	
Percentual	Resultado
6,07%	Meta cumprida

**5.2.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2014 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2011, no primeiro grau, e até 31.12.2012, no segundo grau”.

META 6/2014 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

### 5.3 Metas do CNJ – Ano de 2015

**5.3.1 Meta 1:** “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.07.2015	Solucionados até 31.07.2015	%	Resultado parcial (até julho)
653	760	116,39%	Indicativo de cumprimento da meta

**5.3.2 Meta 2:** “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2012			
Processos não julgados em 31/12/2012	Processos distribuídos até 31/12/2012 e julgados entre jan./2013 e jul./2015	%	Resultado parcial (até julho)
477	472	98,95%	Meta já cumprida

**5.3.3 Meta 5:** “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015 (até 31.07)	Execuções baixadas (arquivo definitivo e precatórios) em 2015 (até 31.07)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até julho)
537	723	134,64%	Indicativo de cumprimento da meta



**5.3.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

<b>META 6/2015 CNJ</b>	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 pendentes de solução	Resultado parcial (até julho)
0	<b>Meta já cumprida</b>

**5.3.5 Meta 7:** “Identificar e reduzir, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.”

<b>META 7/2015 CNJ</b>					
Dez maiores litigantes 4ª Região, em 31.12.2014		Número de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo atual (31.07.2015)	Número máximo de processos tramitando em 31.12.2015 para alcance da meta	Resultado parcial (até julho)
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	4	1	3	<b>Indicativo de cumprimento da meta</b>
2º	Estado do Rio Grande do Sul	0	0	0	<b>Indicativo de cumprimento da meta</b>
3º	Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	1	0	0	<b>Indicativo de cumprimento da meta</b>
4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	2	0	1	<b>Indicativo de cumprimento da meta</b>
5º	União	3	2	2	<b>Indicativo de cumprimento da meta</b>
6º	OI S.A.	0	1	0	<b>Indicativo de não cumprimento da meta</b>
7º	<u>Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)</u>	2	0	1	<b>Indicativo de cumprimento da meta</b>
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	0	0	0	<b>Indicativo de cumprimento da meta</b>



9º	Banco do Brasil S.A.	2	2	1	Indicativo de não cumprimento da meta
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	Indicativo de cumprimento da meta

### 5.3.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015 (até 31.07)	Prazo médio a ser alcançado em 2015	Resultado parcial (até julho)
228,17	156,17	111,57	154,61	Indicativo de cumprimento da meta

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014.”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015 (até 31.07)	Meta para 2015	Resultado parcial (até julho)
Total de acordos	483	503	493,00	244	498	Média parcial abaixo da necessária para cumprimento da meta
Média mensal de acordos	40,25	41,92	41,08	34,86	41,50	

## 6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

### 6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às segundas-feiras à tarde, terças e quartas-feiras pela manhã e à tarde e quintas-feiras pela manhã. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
<b>Manhã</b>	-	-	4 (I) 1 (U) 3 (P)	4 (I) 1 (U) 3 (P)	-
<b>Tarde</b>	-	4 (I) 2 (U) 3 (P)	4 (I) 2 (U) 3 (P)	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 1º.09.2015)

J2	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
<b>Manhã</b>	-	4 (I) 1 (U) 3 (P)	-	-	-
<b>Tarde</b>	5 (I) 1 (U) 3 (P)	-	-	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 1º.09.2015)

Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

## 6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada		Próxima Data Livre	
	J1	J2	J1	J2
<b>Inicial</b>	30.09.2015	08.10.2015	16.09.2015	28.09.2015
<b>Una Sumaríssimo</b>	17.09.2015	29.09.2015	16.09.2015	05.10.2015
<b>Instrução</b>	04.11.2015	01.12.2015	23.09.2015	01.12.2015
<b>Tentativa de acordo em execução</b>	-	-	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 1º.09.2015)

## 6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
<b>Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência</b>	<b>Sumaríssimo</b>	61,73	41,16	-33,32%	47,16	14,57%
	<b>Ordinário</b>	44,62	37,07	-16,92%	50,08	35,11%
	<b>Total</b>	<b>45,82</b>	<b>37,57</b>	<b>-18,00%</b>	<b>49,71</b>	<b>32,33%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.07.2015)



O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo teve seu prazo médio reduzido de 61,73 dias, em 2013, para 41,16 dias, em 2014 (queda de 33,32%). Todavia, nos primeiros sete meses de 2015, o lapso de tramitação avançou para 47,16 dias, que equivale a um aumento de 14,57% na comparação com 2014.

Por outro lado, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário caiu de 44,62 dias, em 2013, para 37,07 dias, em 2014 (queda de 16,92%), seguido de elevação para 50,08 dias, em 2015 (aumento de 35,11%)

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.

#### 6.4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

2014					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
<b>Fabiana Gallon</b>	444	329	59	0	<b>832</b>
<b>Marcos Rafael Pereira Piscino</b>	222	156	39	0	<b>417</b>
<b>Total</b>	<b>666</b>	<b>485</b>	<b>98</b>	<b>0</b>	<b>1.249</b>
2015 (até 31.07)					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
<b>Fabiana Gallon</b>	254	148	41	23	<b>466</b>
<b>Laura Antunes de Souza</b>	4	0	0	0	<b>4</b>
<b>Marcos Rafael Pereira Piscino</b>	140	114	19	9	<b>282</b>
<b>Total</b>	<b>398</b>	<b>262</b>	<b>60</b>	<b>32</b>	<b>752</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.07.2015)

#### 6.5 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Consta-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juizes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.



## 6.6 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2014						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
<b>Alessandra Casaril</b>	-	20	1	21	1	<b>22</b>
<b>Cláudia Elisandra De Freitas Carpenedo</b>	-	5	0	5	1	<b>6</b>
<b>Denilson da Silva Mroginski</b>	1	0	0	1	-	<b>1</b>
<b>Edenir Barbosa Domingos</b>	-	2	1	3	-	<b>3</b>
<b>Fabiana Gallon</b>	367	410	9	786	74	<b>860</b>
<b>Fabiane Rodrigues da Silveira Trindade Emery</b>	-	1	0	1	-	<b>1</b>
<b>Gustavo Friedrich Trierweiler</b>	-	1	0	1	-	<b>1</b>
<b>Gustavo Pusch</b>	-	1	0	1	-	<b>1</b>
<b>Inácio André de Oliveira</b>	-	0	0	0	2	<b>2</b>
<b>Marcos Rafael Pereira Piscino</b>	135	254	6	395	40	<b>435</b>
<b>Total</b>	<b>503</b>	<b>694</b>	<b>17</b>	<b>1.214</b>	<b>118</b>	<b>1.332</b>
2015 (até 31.07)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
<b>Fabiana Gallon</b>	175	275	1	451	41	<b>492</b>
<b>Fabiane Martins</b>	1	0	0	1	-	<b>1</b>
<b>Laura Antunes de Souza</b>	1	0	0	1	-	<b>1</b>
<b>Marcos Rafael Pereira Piscino</b>	67	183	0	250	16	<b>266</b>
<b>Total</b>	<b>244</b>	<b>458</b>	<b>1</b>	<b>703</b>	<b>57</b>	<b>760</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.07.2015)

## 6.7 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Em consulta ao BI TRT4 em data imediatamente anterior à da correição, verificou-se que inexistem processos conclusos para sentença com prazo vencido aos magistrados que atuam ou atuaram na Unidade Judiciária durante o período correccionado.

## 7 ROTINAS DE SECRETARIA

A situação de acúmulo em algumas tarefas verificada na Unidade é atípica em razão da adesão de três servidores ao movimento grevista iniciado em 09.06.2015.



## **7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS**

Na data da inspeção correcional não havia notificações pendentes de expedição. Havia 21 processos pendentes de expedição de ofícios (data da determinação 19.08.2015).

## **7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S**

Conforme informação da Diretora de Secretaria, os dois servidores responsáveis pelos cumprimentos na execução estão em greve desde 09.06.2015. As tarefas estão sendo redistribuídas para outros servidores, na medida do possível.

Na data da inspeção correcional havia 153 processos pendentes de expedição de mandados (citação, citação de ente público e penhora); 09 precatórios por expedir e 56 RPV's.

## **7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS**

Não havia pendências na data da inspeção correcional.

## **7.4 JUNTADA DE PETIÇÕES**

As petições são juntadas imediatamente após a protocolização.

## **7.5 DESPACHOS DE PROTOCOLO**

Conforme informação da Diretora de Secretaria, na data da inspeção havia 156 processos pendentes de análise de protocolo, datados de 27, 28 e 31.08.2015. São priorizados os pedidos de alvarás, audiências com data próxima e homologação de acordos.

## **7.6 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO**

A certificação de prazo estava em 25.08.2015.

## **7.7 REMESSA DE AUTOS AO TRT**

Tarefa executada duas vezes por semana.

## **7.8 CONVÊNIOS**

São utilizados regularmente pela Unidade.

## **7.9 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS**

Tarefa executada semanalmente. A Diretora de Secretaria relatou que, até agosto de 2015, foram arquivados em torno de dois mil processos.



## 7.10 EXAME DOS LIVROS

### 7.10.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0227500-70.2005.5.04.0802*	<b>23.04.2015</b>	3 meses e 25 dias
2	0000798-56.2014.5.04.0802**	<b>29.05.2015</b>	2 meses e 19 dias
3	0000956-82.2012.5.04.0802**	<b>08.06.2015</b>	2 meses e 10 dias
4	0075800-42.2008.5.04.0802**	<b>12.06.2015</b>	2 meses e 6 dias
5	0001478-12.2012.5.04.0802*	<b>15.06.2015</b>	2 meses e 3 dias
6	0000278-62.2015.5.04.0802*	<b>18.06.2015</b>	2 meses
7	0058000-35.2007.5.04.0802*	<b>19.06.2015</b>	1 mês e 29 dias
8	0000405-97.2015.5.04.0802*	<b>22.06.2015</b>	1 mês e 27 dias
9	0001589-30.2011.5.04.0802*	<b>29.06.2015</b>	1 mês e 20 dias
10	0000831-17.2012.5.04.0802**	<b>10.07.2015</b>	1 mês e 8 dias
11	0000967-77.2013.5.04.0802*	<b>17.07.2015</b>	1 mês e 1 dia
12	0001683-75.2011.5.04.0802*	<b>17.07.2015</b>	1 mês e 1 dia
13	0036700-80.2008.5.04.0802*	<b>17.07.2015</b>	1 mês e 1 dia
14	0005000-52.2009.5.04.0802*	<b>17.07.2015</b>	1 mês e 1 dia
15	0000674-39.2015.5.04.0802	<b>20.07.2015</b>	28 dias
16	0081900-81.2006.5.04.0802	<b>20.07.2015</b>	28 dias
17	0001198-07.2013.5.04.0802	<b>20.07.2015</b>	28 dias
18	0000938-61.2012.5.04.0802	<b>22.07.2015</b>	26 dias
19	0104000-64.2005.5.04.0802	<b>23.07.2015</b>	25 dias
20	0001535-30.2012.5.04.0802	<b>27.07.2015</b>	21 dias
21	0001449-25.2013.5.04.0802*	<b>27.07.2015</b>	21 dias
22	0001147-98.2010.5.04.0802	<b>27.07.2015</b>	21 dias
23	0001562-47.2011.5.04.0802	<b>28.07.2015</b>	20 dias
24	0000117-23.2013.5.04.0802	<b>29.07.2015</b>	19 dias
25	0000094-14.2012.5.04.0802*	<b>29.07.2015</b>	19 dias
26	0000556-68.2012.5.04.0802	<b>29.07.2015</b>	19 dias
27	0001627-71.2013.5.04.0802	<b>29.07.2015</b>	19 dias
28	0000683-35.2014.5.04.0802	<b>31.07.2015</b>	17 dias
29	0000956-14.2014.5.04.0802	<b>31.07.2015</b>	17 dias
30	0000207-94.2014.5.04.0802	<b>31.07.2015</b>	17 dias
31	0000606-26.2014.5.04.0802	<b>31.07.2015</b>	17 dias
32	0001200-40.2014.5.04.0802	<b>03.08.2015</b>	15 dias



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

33	0000909-40.2014.5.04.0802	03.08.2015	15 dias
34	0000150-76.2014.5.04.0802	03.08.2015	15 dias
35	0000473-47.2015.5.04.0802	05.08.2015	13 dias
36	0115400-36.2009.5.04.0802	05.08.2015	13 dias
37	0000737-35.2013.5.04.0802	07.08.2015	11 dias
38	0000123-64.2012.5.04.0802	07.08.2015	11 dias
39	0000688-23.2015.5.04.0802	07.08.2015	11 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 17.08.2015)

\* Notificação expedida para devolução dos autos.

\*\* Expedido mandado para busca e apreensão dos autos.

Conforme consulta ao Sistema inFOR, verificou-se que a Unidade Judiciária não adota medida padronizada para cobrança de devolução de autos de todos os processos que se encontram com os prazos de carga vencidos.

### 7.10.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000636-32.2012.5.04.0802*	07.04.2015	4 meses e 11 dias
2	0000631-73.2013.5.04.0802*	12.05.2015	3 meses e 6 dias
3	0000473-18.2013.5.04.0802*	12.05.2015	3 meses e 6 dias
4	0000629-06.2013.5.04.0802*	12.05.2015	3 meses e 6 dias
5	0000470-29.2014.5.04.0802**	05.06.2015	2 meses e 13 dias
6	0127200-61.2009.5.04.0802**	11.06.2015	2 meses e 7 dias
7	0001370-46.2013.5.04.0802***	15.06.2015	2 meses e 3 dias
8	0001247-14.2014.5.04.0802***	15.06.2015	2 meses e 3 dias
9	0001795-10.2012.5.04.0802***	15.06.2015	2 meses e 3 dias
10	0000744-90.2014.5.04.0802***	15.06.2015	2 meses e 3 dias
11	0001126-20.2013.5.04.0802***	15.06.2015	2 meses e 3 dias
12	0000640-35.2013.5.04.0802***	15.06.2015	2 meses e 3 dias
13	0000525-77.2014.5.04.0802***	15.06.2015	2 meses e 3 dias
14	0000649-31.2012.5.04.0802***	15.06.2015	2 meses e 3 dias
15	0001705-02.2012.5.04.0802***	15.06.2015	2 meses e 3 dias
16	0000935-72.2013.5.04.0802***	15.06.2015	2 meses e 3 dias
17	0001022-28.2013.5.04.0802***	15.06.2015	2 meses e 3 dias
18	0001029-54.2012.5.04.0802***	15.06.2015	2 meses e 3 dias
19	0001039-64.2013.5.04.0802***	15.06.2015	2 meses e 3 dias
20	0000127-33.2014.5.04.0802***	15.06.2015	2 meses e 3 dias
21	0000864-07.2012.5.04.0802***	15.06.2015	2 meses e 3 dias



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

22	0000845-30.2014.5.04.0802***	15.06.2015	2 meses e 3 dias
23	0109100-58.2009.5.04.0802***	16.06.2015	2 meses e 2 dias
24	0000310-43.2010.5.04.0802***	16.06.2015	2 meses e 2 dias
25	0000295-74.2010.5.04.0802***	16.06.2015	2 meses e 2 dias
26	0000134-93.2012.5.04.0802***	16.06.2015	2 meses e 2 dias
27	0001738-55.2013.5.04.0802***	16.06.2015	2 meses e 2 dias
28	0001062-44.2012.5.04.0802***	16.06.2015	2 meses e 2 dias
29	0000585-21.2012.5.04.0802***	16.06.2015	2 meses e 2 dias
30	0111600-97.2009.5.04.0802***	16.06.2015	2 meses e 2 dias
31	0001366-43.2012.5.04.0802***	16.06.2015	2 meses e 2 dias
32	0014600-34.2008.5.04.0802***	16.06.2015	2 meses e 2 dias
33	0001342-15.2012.5.04.0802***	16.06.2015	2 meses e 2 dias
34	0000517-08.2011.5.04.0802***	16.06.2015	2 meses e 2 dias
35	0000323-71.2012.5.04.0802***	16.06.2015	2 meses e 2 dias
36	0020900-17.2005.5.04.0802***	18.06.2015	2 meses
37	0000360-30.2014.5.04.0802***	09.07.2015	1 mês e 9 dias
38	0001134-31.2012.5.04.0802	09.07.2015	1 mês e 9 dias
39	0000485-95.2014.5.04.0802	23.07.2015	25 dias
40	0000732-81.2011.5.04.0802	30.07.2015	18 dias
41	0001387-82.2013.5.04.0802	30.07.2015	18 dias
42	0001011-96.2013.5.04.0802	30.07.2015	18 dias
43	0000669-51.2014.5.04.0802	30.07.2015	18 dias
44	0000764-18.2013.5.04.0802	30.07.2015	18 dias
45	0000498-94.2014.5.04.0802	30.07.2015	18 dias
46	0001457-02.2013.5.04.0802	30.07.2015	18 dias
47	0000734-17.2012.5.04.0802	30.07.2015	18 dias
48	0080600-16.2008.5.04.0802	30.07.2015	18 dias
49	0000871-33.2011.5.04.0802	30.07.2015	18 dias
50	0001033-91.2012.5.04.0802	30.07.2015	18 dias
51	0000318-78.2014.5.04.0802	30.07.2015	18 dias
52	0000392-35.2014.5.04.0802	30.07.2015	18 dias
53	0000761-63.2013.5.04.0802	30.07.2015	18 dias
54	0000581-81.2012.5.04.0802	30.07.2015	18 dias
55	0000713-07.2013.5.04.0802	30.07.2015	18 dias
56	0000399-61.2013.5.04.0802	30.07.2015	18 dias
57	0001122-17.2012.5.04.0802	30.07.2015	18 dias
58	0000210-83.2013.5.04.0802	30.07.2015	18 dias



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

59	0000097-32.2013.5.04.0802	30.07.2015	18 dias
60	0000087-85.2013.5.04.0802	30.07.2015	18 dias
61	0000638-65.2013.5.04.0802	30.07.2015	18 dias
62	0001747-51.2012.5.04.0802	30.07.2015	18 dias
63	0000396-09.2013.5.04.0802	30.07.2015	18 dias
64	0000089-55.2013.5.04.0802	30.07.2015	18 dias
65	0001752-39.2013.5.04.0802	30.07.2015	18 dias
66	0024900-21.2009.5.04.0802	30.07.2015	18 dias
67	0117200-02.2009.5.04.0802	30.07.2015	18 dias
68	0001368-13.2012.5.04.0802	30.07.2015	18 dias
69	0000474-37.2012.5.04.0802	30.07.2015	18 dias
70	0001750-69.2013.5.04.0802	30.07.2015	18 dias
71	0000895-90.2013.5.04.0802	30.07.2015	18 dias
72	0000039-58.2015.5.04.0802	30.07.2015	18 dias
73	0001074-87.2014.5.04.0802	30.07.2015	18 dias
74	0000743-76.2012.5.04.0802	30.07.2015	18 dias
75	0001268-58.2012.5.04.0802	30.07.2015	18 dias
76	0000688-57.2014.5.04.0802	30.07.2015	18 dias
77	0000219-45.2013.5.04.0802	06.08.2015	12 dias
78	0001153-37.2012.5.04.0802	06.08.2015	12 dias
79	0000824-25.2012.5.04.0802	06.08.2015	12 dias
80	0000941-79.2013.5.04.0802	07.08.2015	11 dias
81	0000678-18.2011.5.04.0802	07.08.2015	11 dias
82	0000759-30.2012.5.04.0802	07.08.2015	11 dias
83	0001074-24.2013.5.04.0802	07.08.2015	11 dias
84	0000934-87.2013.5.04.0802	07.08.2015	11 dias
85	0000089-21.2014.5.04.0802	07.08.2015	11 dias
86	0001202-78.2012.5.04.0802	07.08.2015	11 dias
87	0000326-55.2014.5.04.0802	07.08.2015	11 dias
88	0001334-38.2012.5.04.0802	07.08.2015	11 dias
89	0000295-69.2013.5.04.0802	07.08.2015	11 dias
90	0000421-56.2012.5.04.0802	07.08.2015	11 dias
91	0000486-80.2014.5.04.0802	07.08.2015	11 dias
92	0000798-27.2012.5.04.0802	07.08.2015	11 dias
93	0000982-46.2013.5.04.0802	07.08.2015	11 dias
94	0000483-67.2010.5.04.0802	07.08.2015	11 dias
95	0001771-79.2012.5.04.0802	07.08.2015	11 dias



96	0000878-88.2012.5.04.0802	07.08.2015	11 dias
97	0001406-88.2013.5.04.0802	07.08.2015	11 dias
98	0001402-51.2013.5.04.0802	07.08.2015	11 dias
99	0000844-84.2010.5.04.0802	07.08.2015	11 dias
100	0072900-52.2009.5.04.0802	07.08.2015	11 dias
101	0000344-47.2012.5.04.0802	07.08.2015	11 dias
102	0001385-49.2012.5.04.0802	07.08.2015	11 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 17.08.2015)

\* Houve destituição do perito e foi expedida notificação para que devolvesse os autos, até a data desta pesquisa não cumprida.

\*\* Houve pedido e deferimento de dilação do prazo para o perito apresentar o laudo, porém já vencido novamente na data desta consulta.

\*\*\* Somente em 03.08.2015 foi proferido despacho determinando notificação para o perito devolver os autos, ainda não expedida na data desta consulta.

Conforme consulta ao Sistema inFOR, verificou-se que a Unidade Judiciária não adota medida padronizada para a cobrança de devolução de todos os processos que se encontram com os prazos de carga vencidos para entrega dos laudos.

### 7.10.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias

Conforme consulta ao Sistema inFOR em 17.08.2015, verificou-se que não constam mandados com prazo excedido há mais de 10 dias na Unidade Judiciária.

## 8 EXAME DOS PROCESSOS

Para a análise realizada nos itens seguintes, extraiu-se do sistema inFOR, em 17.08.2015, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **689 processos**. O item 8.1 compõe-se de 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 100 processos aleatórios gerada pelo Sistema inFOR e disponibilizada para fins de correição à Assessoria Jurídica da Corregedoria. O item 8.2 verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

### 8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	0001269-09.2013.5.04.0802
<p><b>Aspectos gerais dos autos*:</b> ausência de carimbo 'em branco' na fl. 83; termos de juntada no verso da fl. 83 e verso da fl. 89 com espaços em branco; ausência de carimbo 'em branco' no verso da fl. 97; ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 98; não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria. <b>Movimentação processual:</b> decorreu prazo superior a 30 dias da expedição da notificação da fl. 63 à certidão da fl. 64; os autos retornaram do TRT em 07.7.2014 e o impulso processual ocorreu em 05.8.2014, 29 dias após (despacho da fl. 76); análise da petição da fl. 80, 08 dias após a juntada (despacho da fl. 81); cumprimento do despacho da fl. 81 em prazo superior a 30 dias (ofício da fl. 82); da</p>	



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

juntada do ofício das fls. 84-87 ao despacho da fl. 88 decorreram 17 dias sem movimentação processual; o cálculo das fls. 100-102 foi juntado 10 dias após a protocolização (13.4.2015 e juntada em 23.4.2015) e analisado 32 dias após a protocolização (despacho da fl. 103); o despacho da fl. 103 foi cumprido em prazo superior a 60 dias em razão da adesão dos servidores ao movimento grevista, conforme certidão da fl. 104.

2

0001124-84.2012.5.04.0802

**Aspectos gerais dos autos\*:** não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria. **Movimentação processual:** os autos retornaram do TRT em 18.12.2013 e foram movimentados em 10.2.2014, prazo superior a 30 dias; decorreram 30 dias da certidão da fl. 98 ao despacho da fl. 11.12.2014 sem movimentação processual; o cálculo das fls. 118-121 foi juntado 10 dias após a protocolização e analisado 30 dias após a protocolização (despacho da fl. 122); cumprimento do despacho da fl. 122 em 18 dias (fls. 123-124); análise da petição da fl. 126 10 dias após a juntada (despacho da fl. 123); o despacho da fl. 123 pende de cumprimento.

3

0000611-48.2014.5.04.0802

**Aspectos gerais dos autos\*:** não foi lavrado termo para juntada da ata da fl. 54 nem constou a expressão substitutiva 'ata juntada no ato'; documento reduzido juntado à fl. 61 não quantificado, nem numerado; ausência de carimbo 'em branco' no verso da fl. 67; termo de juntada no verso da fl. 72 com espaços em branco; não foi lavrado termo para juntada da ata da fl. 83, nem constou a expressão substitutiva 'ata juntada no ato' e também não consta a assinatura do Secretário de Audiências; não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria. **Movimentação processual:** o cumprimento do despacho da fl. 96, de 22.6.2015 deu-se em 20.7.2015 em razão da adesão dos servidores ao movimento grevista, conforme certidão da fl. 96.

4

0001217-13.2013.5.04.0802

**Aspectos gerais dos autos\*:** na fl. 75 não foi lançada a data da devolução dos autos, nem a rubrica, nem a identificação do servidor responsável; à fl. 76 não consta a identificação do servidor responsável, quando da devolução dos autos; no verso da fl. 105 foi lançado traço indevidamente, já que a folha não está em branco; não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria. **Movimentação processual:** cálculo das fls. 119-122 juntado 06 dias após a protocolização e analisado; despacho da fl. 123, pendente de cumprimento.

5

0000220-59.2015.5.04.0802

**Aspectos gerais dos autos\*:** não foi observado o procedimento adequado para publicação da sentença das fls. 58-59; não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria. **Movimentação processual:** nada a apontar.

6

0001222-35.2013.5.04.0802

**Aspectos gerais dos autos\*:** não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria. **Movimentação processual:** a reclamada permaneceu com os autos em carga por mais de 60 dias (fl. 157 – de 17.12.2014 a 20.3.2015) sem que tenha havido cobrança dos autos; o cálculo das fls. 168-171 foi apreciado 15 dias após a protocolização; o despacho da fl. 172 está pendente de cumprimento.

7

0001371-65.2012.5.04.0802

**Aspectos gerais dos autos\*:** termo de juntada no verso da fl. 125 com espaços em branco; ausência de carimbo 'em branco' no verso das fls. 144 e 145; não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria. **Movimentação processual:** cumprimento do despacho da fl. 98 em 30 dias; conforme andamentos do Infor o prazo da notificação da fl. 123 expirou



em 06.10.2014 e o processo foi movimentado 30 dias após (despacho da fl. 124); o prazo da notificação da fl. 143 expirou em 14.4.2015 e o impulso processual ocorreu 15 dias após (fl. 144); a petição das fls. 148-150 foi apreciada 10 dias após a protocolização (despacho da fl. 190); o despacho da fl. 190 está pendente de cumprimento.

8 0000384-92.2013.5.04.0802

**Aspectos gerais dos autos:** termo de juntada no verso da fl. 52 com espaços em branco; documento reduzido juntado à fl. 91 não numerado, nem quantificado; não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria. **Movimentação processual:** cumprimento do despacho da fl. 54 em 60 dias (fl. 55); os autos ficaram sem movimentação de 23.9.2014 (fl. 58) a 20.10.2014 (fl. 59); da consulta realizada à fl.61, em 24.10.2014, ao despacho da fl. 62, decorreram mais de 30 dias.

9 0001792-55.2012.5.04.0801

**Aspectos gerais dos autos\*:** não foi aposta na capa dos autos a etiqueta de identificação de tramitação preferencial deferida à fl. 147; não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria. **Movimentação processual:** despacho da fl. 146 pendente de cumprimento.

10 0001168-69.2013.5.04.0802

**Aspectos gerais dos autos\*:** no verso da fl. 95 foi lançado traço, indevidamente, já que a folha não está em branco; não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria. **Movimentação processual:** cálculo das fls. 119-130 analisados 22 dias após a protocolização (despacho da fl. 131); despacho da fl. 131 pendente de cumprimento.

\* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2014.

## 8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação.

Prática	Exemplos
Autos aguardando arquivamento	0033300-63.2005.5.04.0802
	0030400-10.2005.5.04.0802
	0001449-93.2011.5.04.0802
Demora no impulso processual	0000695-52.2014.5.04.0801
	0001218-61.2014.5.04.0802
	0001349-36.2014.5.04.0802
Processo ou Carta Precatória recebido(a) sem andamento	0020500-66.2006.5.04.0802
	0001057-85.2013.5.04.0802
	0000820-17.2014.5.04.0802
Registros desatualizados	0001762-20.2012.5.04.0802
	0000696-34.2014.5.04.0802
	0001560-77.2011.5.04.0802



### 8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária **não observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

### 8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz, imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocadamente superior ao do depósito recursal, **ordena** a pronta liberação deste em favor do credor de ofício ou a seu requerimento.

### 8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz **determina** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária.

## 9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

O PJE foi implantado na Unidade Judiciária em 06.08.2015.

Para efeito correccional, foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em duas oportunidades, nos dias 21.08 e 28.08.2015. Nova verificação foi realizada na data da inspeção, juntamente com a Diretora de Secretaria. A posição, na data da visita correccional, é a que segue:

Agrupador	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Processos c/petições avulsas	-	01	20016.36.2015	28.08.2015
C/pedido de tutela não apreciados	-	02	20050.11.2015	01.09.2015
C/petições não apreciadas	-	11	20001.67.2015 20016.36.2015 (ambos de 28.08.2015)	28.08.2015
C/habilitações não lidas	-	06	02 processos de 28.08.2015	28.08.2015



Mandados devolvidos OJ	-	-	-	01.09.2015
Pasta	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Aguardando cumprimento prov	Por prazo	02	Na subpasta '07 a 11 de setembro'	01.09.2015
Aguardando cumprimento exec.	-	-	-	01.09.2015
Aguardando cumprimento liq.	-	-	-	01.09.2015
Aguardando ciência	-	-	-	01.09.2015
Aguardando ciência decisão-ConPraz	-	-	-	01.09.2015
Aguardando término dos prazos	-	09	04 processos de 12.08.2015	12.08.2015
Apreciar urgentes	-	-	-	01.09.2015
Controle manual prazo pós sent.	-	-	-	01.09.2015
Prazos vencidos	-	-	-	01.09.2015
Triagem inicial	-	-	-	01.09.2015

Há poucos processos tramitando no meio eletrônico. De qualquer modo, a Unidade foi orientada a observar o teor do art. 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria quanto à designação de audiências iniciais (brevidade na designação da audiência para oferecimento de contestação, tentativa de conciliação e designação das provas necessárias, nos termos em que previsto nos arts. 843 e seguintes da CLT).

A Diretora de Secretaria foi aconselhada a manter o gerenciamento e verificação constante dos agrupadores para melhor controle da movimentação processual, bem como observar e orientar os servidores para que sejam lançados andamentos corretos a fim de evitar pendências e inconsistências futuras.

## **10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT**

Conforme o cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **não requereu** a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado.

## **11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE**

Inicialmente, entre os dados analisados para a confecção do relatório correccional, chamou atenção positivamente o prazo médio do conhecimento que se manteve estável e abaixo da média regional nos anos de 2013 e 2014. Em 2015, há tendência positiva ainda de redução desse lapso, sendo, atualmente, 155 (cento e cinquenta e cinco) dias mais célere do que a média do Estado. O prazo médio da liquidação que, em 2014 esteve acima da média das demais unidades, já se encontra abaixo desse parâmetro atualmente; a propósito, como esclarecido pela Diretora de Secretaria, a tramitação na fase poderia estar ainda mais célere, caso não tivesse sido afetada pelo afastamento por motivo de saúde de um dos principais contadores *ad hoc* que



trabalham para a Unidade. Já a tramitação na fase de execução padece da mesma dificuldade encontrada na 1ª Vara do Foro, qual seja, a morosidade encontrada para promover a execução contra o Município. De qualquer forma, é perceptível a melhora no desempenho da Unidade, visto que, em 2015, o prazo médio de tramitação na fase foi mais de 100 (cem) dias inferior ao ano passado. Ainda a respeito da fase de execução, foi esclarecido pela Diretora de Secretaria Carina Ana Braga Adam que a Unidade adotou o andamento de extinção da execução naqueles processos em que já haviam sido expedidos precatórios – a finalização dessas execuções, a partir do momento em que lançadas no sistema, repercute diretamente no cômputo dos prazos, como já mencionado em outras atas de correição. Os dados disponíveis no sistema e-Gestão também revelam que a Unidade promoveu excelente movimentação na fase de execução, com um total de encerramentos muito significativo no ano de 2014.

Quanto ao exame nos processos físicos, há que se esclarecer que a atual Diretora de Secretaria assumiu o cargo somente a partir do ano de 2014 e, desde então, vem empreendendo gestão com o propósito de obter e manter melhores resultados na Unidade. Refletiu-se sobre o andamento dos processos examinados, também, a muito significativa movimentação no quadro de pessoal da Unidade, que ocupou mais de uma página do presente relatório no item específico.

Entre as metas cumpridas, destaca-se a solução de maior número de processos dos que os distribuídos no ano de 2014 e a constatação de que a mesma tendência se mantém para 2015. O indicativo não muito comum deve ser louvado.

A Juíza Titular Fabiana Gallon mostrou-se comprometida com a jurisdição e engajada na gestão da Unidade, além de ter demonstrado excelente produtividade, na medida em que não detinha processos conclusos para decisão com prazo excedido.

Ao final da correição a Corregedora possibilitou a todos os presentes que utilizassem a ocasião para se manifestar. Não tendo havido manifestação, parabenizou a toda a equipe pelo comprometimento no trabalho desempenhado e pelos resultados obtidos.

## **13 DETERMINAÇÕES**

### **ITEM 3.4.3. (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)**

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) efetue a devida anotação quando houver garantia da execução (por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes devidamente formalizada) no respectivo campo do sistema informatizado;
- b) efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) nos processos nº 0128900-72.2009.5.04.0802, nº 0001387-53.2011.5.04.0802, nº 0001667-53.2013.5.04.0802 e nº 0006700-34.2007.5.04.0802, com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca -se que esse procedimento deve ser sempre



efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011;

- c) justifique a não exclusão do BNDT dos dados das empresas solidárias/subsidiárias nos autos dos processos nº 0013100-35.2005.5.04.0802, nº 0027200-92.2005.5.04.0802 e nº 0046300-33.2005.5.04.0802 mormente em face do registro da quitação do débito e/ou do arquivamento definitivo dos autos. Em se tratando de equívoco, determina-se a adoção do mesmo procedimento da alínea “b” em relação às reclamadas;
- d) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, verifique a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.4.3.

### ITEM 3.5 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção dos embargos à execução apresentados pela reclamada no processo nº 0015700-87.2009.5.04.0802. O mesmo procedimento deverá ser adotado no processo nº 0065500-55.2007.5.04.0802;
- b) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à procedência (ou procedência em parte) dos embargos à execução apresentados pela reclamada no processo nº 0001769-12.2012.5.04.0802;
- c) inicialmente, verifique a Secretaria se a petição da reclamada apresentada em 10.05.2013 realmente se trata de embargos à execução. Em caso negativo, o registro informatizado deverá ser excluído e substituído por outro que melhor se adapte ao caso dos autos. Por outro lado, se o lançamento se encontrar correto, verifique a Secretaria se a decisão proferida no dia 11.06.2013 se refere aos embargos à execução. Em caso positivo, deverão ser lançados os andamentos de conclusão e de procedência dos embargos à execução apresentados pela reclamada.

Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

### ITENS 7.10.1 e 7.10.2 - ADVOGADOS E PERITOS – CARGAS VENCIDAS HÁ MAIS DE 10 DIAS

Determina-se a **cobrança regular** dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.10.1 e 7.10.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPR.



## ITEM 8.1 - ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) adote o procedimento correto quanto à inutilização de folhas em branco, consoante o art. 71 da CPCR;
- b) quando da juntada de documentos reduzidos, seja rigorosamente observado o art. 68 e §§ da CPCR;
- c) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPCG) e evitando lacunas e espaços em branco (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificado o signatário (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da CPCG);
- d) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais cumprindo as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC;
- e) observe o disposto no art. 93 da CPCR, em relação à assinatura das atas de audiência pelos Secretários de Audiências;
- f) as atas de audiências devem ser precedidas do respectivo termo de juntada, exceto quando observado o disposto no art. 102 da CPCR;
- g) observe o procedimento para a publicação das sentenças em Secretaria, conforme a previsão do art. 97 da CPCR;
- h) movimente os processos 0001124-84.2012.5.04.0802, 0001217-13.2013.5.04.0802, 0001222-35.2013.5.04.0802, 0001371-65.2012.5.04.0802 e 0001792-55.2012.5.04.0802, analisados no item 8.1.

## 8.2 - IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **689 processos** parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardando cumprimento de acordo, pagamento de precatório, andamento de outros processos ou decurso de prazo). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados **e todos que estejam em situação similar**. Para tanto:

- a) archive os processos (nº 0033300-63.2005.5.04.0802, nº 0030400-10.2005.5.04.0802, nº 0001449-93.2011.5.04.0802);



- b) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito (processos nº 0000695-52.2014.5.04.0801, nº 0001218-61.2014.5.04.0802, nº 0001349-36.2014.5.04.0802);
- c) dê andamento às Cartas Precatórias e processos recebidos do TRT (processos nº 0020500-66.2006.5.04.0802, nº 0001057-85.2013.5.04.0802, nº 0000820-17.2014.5.04.0802),
- d) atualize os registros (processos nº 0001762-20.2012.5.04.0802, nº 0000696-34.2014.5.04.0802, nº 0001560-77.2011.5.04.0802).

### **ITEM 8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS**

Determina-se pronunciamento explícito sobre os pressupostos de admissibilidade recursal no despacho de recebimento dos recursos ordinários e dos agravos de petição.

#### **14 PRESENCAS**

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com os Juizes e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Uruguaiana, das 14h às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. Compareceu o presidente da OAB seccional local, o advogado Maurício Blanco, que teceu elogios ao atendimento da Secretaria da Vara e a atuação da Juíza Titular. Compareceu também o Procurador do Município, Mateus Henrique de Carvalho, que entregou à Corregedora manifestação com documentos, relatando as dificuldades enfrentadas pelo Município com o sequestro de valores pela falta de pagamento das RPVs. Segundo ele, tal prática tem comprometido a receita do Município a ponto de, no futuro, inviabilizar o pagamento de salários aos servidores. Posteriormente, a Corregedora levou tal fato ao conhecimento dos Magistrados que atuam na Comarca, os quais manifestaram preocupação com o impasse, mas salientaram a dificuldade para solucioná-lo na medida em que não encontram recursos disponíveis para dar cumprimento às decisões transitadas em julgado.

#### **15 PRAZO PARA RESPOSTA**

A Diretora de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

## **16 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Titular Fabiana Gallon, pelo Juiz Substituto Marcos Rafael Pereira Piscino, pela Diretora de Secretaria, Carina Ana Braga Adam e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

**Beatriz Renck  
Corregedora Regional**